

**EVENTOS INTERNOS DO TRIBUNAL DE CONTAS
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2020**

SEMINÁRIO NOS AÇORES SUBORDINADO AO TEMA “O TRIBUNAL DE CONTAS, A CONTRATAÇÃO PÚBLICA E A FISCALIZAÇÃO PRÉVIA”¹

Realizou-se no dia 7 de julho de 2017, um Seminário subordinado ao tema "O Tribunal de Contas, a contratação pública e a fiscalização prévia", na Universidade dos Açores.

Na sessão de abertura intervieram o Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar, o Presidente do Tribunal de Contas, Vítor Caldeira e o Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores, António Martins.

O Professor Doutor Pedro Costa Gonçalves, da Universidade de Coimbra, convidado para este Seminário, proferiu a sua conferência sobre os objetivos e princípios gerais da contratação a que se seguiu uma mesa redonda sobre as boas práticas na contratação pública, em que intervieram os dirigentes do Tribunal João José Cordeiro de Medeiros (Secção Regional dos Açores), Ana Luísa Nunes (Sede), Alexandra Moura (Secção Regional da Madeira) e Cristina Soares Ribeiro (Secção Regional dos Açores).

Após o Seminário, houve ainda uma reunião informal na Secção Regional dos Açores, onde houve partilha e troca de experiências relativamente à fiscalização prévia.

CICLO DE CONFERÊNCIAS “DESAFIOS DA ATIVIDADE REGULADORA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS”²

Foram quatro semanas de debate sobre os desafios da Atividade Reguladora.

Vários especialistas estiveram no Tribunal de Contas:

- Professor Doutor João Calvão da Silva – “Âmbito e sentido da regulação económica independente”:

¹ Açores, 7 de julho de 2017.

² Lisboa, 23 e 26 de fevereiro de 2018, e 5 e 12 de março de 2018.

- Professor Doutor Fernando Licínio Martins – “Financiamento das entidades reguladoras independentes”;
- Professor Doutor Pedro Costa Gonçalves – “As entidades reguladoras independentes no sistema administrativo português”;
- Professores Doutores Luís Silva Morais e Lúcio Tomé Feteira – “Responsabilidade das entidades reguladoras independentes: as dimensões civil e financeira – aspetos conexos relativos ao seu regime financeiro e patrimonial”.

Desde a questão da participação e da transparência, até às lacunas e efetiva utilidade da atual Lei-Quadro que regula as entidades reguladoras, passando pelo financiamento e autonomia, as pistas de reflexão foram várias e as abordagens arrojadas.

CICLO DE SEMINÁRIOS SOBRE A RELEVÂNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO FINANCEIRA NO SÉCULO XXI³

Muitos foram os meses de intenso trabalho para levar a cabo o Ciclo de Seminários sobre a Relevância e Efetividade da Jurisdição Financeira no Século XXI, que arrancou em outubro de 2017 e chegou ao fim em maio de 2018.

Ao longo dos últimos seis meses, Conselheiros e vários elementos da organização da iniciativa empenharam-se afincadamente no aprofundamento do debate, nas moderações, na preparação de conteúdos, na construção de um microsite, na realização dos convites, na construção da imagem, mas também nas questões mais práticas, como o som, o vídeo, o áudio, as placas e até os “coffee breaks”, para citar apenas algumas das muitas responsabilidades envolvidas... chegámos ao fim e tudo correu de feição...

O Seminário Final, realizado na Fundação Champalimaud, contou com a presença do Presidente da República, o Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, que mostrou a importância dos contributos de um debate promovido pelo Tribunal de Contas sobre a forma como são geridos os dinheiros públicos.

³ Lisboa, 2 de outubro e 29 de novembro de 2017, e 19 de janeiro, 16 de março e 23 de maio de 2018.

Conselheiros, Conselheiros Jubilados, Procuradores, dirigentes e funcionários juntaram-se à equipa para assistir ao culminar deste ciclo, de onde resultaram várias conclusões e pistas para a eventual revisão do regime que responsabiliza gestores públicos pela prática de ilícitos financeiros e danos causados ao erário público.

O Tribunal afirmou-se como um espaço de debate fora de portas, mantendo sempre, em termos gerais, o foco nas respostas à pergunta: "Serão as atuais soluções legislativas as mais adequadas para garantir a responsabilização que os cidadãos esperam?"

A resposta foi praticamente unânime ao longo deste processo, com a maioria dos responsáveis participantes a defender um novo quadro de responsabilidade, mais adequado à realidade financeira do século XXI.

Para o debate contribuíram reputados académicos, elementos de diversas instituições, como a Assembleia da República e o Governo, altos quadros da Justiça, responsáveis de Ordens profissionais, Ministério Público, Inspeções-Gerais, Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre outros.

A abertura coube ao Presidente do Tribunal de Contas, Vítor Caldeira, que apresentou as principais conclusões do Ciclo numa intervenção sobre "Os atuais desafios da jurisdição financeira".

A discussão seguiu com dois painéis - um sobre as possíveis linhas de reforma da jurisdição financeira e outro sobre um sistema de responsabilização financeira relevante e eficaz: que evolução – com presenças como a do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a quem coube o encerramento, da Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, do Presidente da Associação Nacional de Municípios, Manuel Machado, entre outros.

CICLO DE DEBATES SOBRE O NOVO QUADRO LEGAL DOS CONTRATOS PÚBLICOS⁴

O Tribunal de Contas iniciou o Ciclo de Debates sobre o Novo Quadro Legal dos Contratos Públicos, organizado em parceria com a Associação Portuguesa de Mercados Públicos (APMEP), trazendo ao auditório da Instituição reputados especialistas para explicar as várias fases da contratação pública.

A formação do contrato, a contratação pública eletrónica, a qualificação de candidatos e a avaliação de propostas, assim como a execução dos contratos públicos são os grandes temas das quatro sessões do Ciclo.

O Conselheiro Fernando Oliveira Silva lembrou a este propósito que a revisão operada no Código dos Contratos Públicos, em 2017, introduziu um novo paradigma: o da contratação pública estratégica.

“Trata-se de um caminho sem retorno, que, se for bem caminhado, nos permitirá alcançar uma Europa mais inovadora, mais inclusiva e mais sustentável”, sublinhou o Conselheiro Fernando Oliveira Silva.

O Conselheiro explicou que é esse o objetivo supremo do legislador – europeu e nacional – plasmado em novos instrumentos legais. Entre eles, destacou a parceria para a inovação, a regra da adjudicação por lotes como estímulo à participação das PME em contratos públicos, o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa tendo por base uma relação qualidade/preço e, sempre que possível, uma análise do custo do ciclo de vida ou a possibilidade de reservar contratos para entidades que empreguem pessoas com deficiência ou desfavorecidas.

A abertura do Ciclo de Debates contou com a presença do Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Vítor Caldeira, e do Presidente da Assembleia Geral da APMEP, Dr. Rui Machete.

O Professor Doutor Luís Valadares Tavares, Presidente da APMEP, e o Conselheiro do Tribunal de Contas Fernando Oliveira Silva foram os moderadores, trocando o primeiro de papel na terceira sessão onde foi o orador.

No primeiro debate, o Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e o Dr. Fernando Batista, do

⁴ Lisboa, 19 e 26 de março, e 2 e 1 de abril de 2019.

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, centraram-se nas questões da formação do contrato: a fundamentação da decisão de contratar, a definição do preço-base, a adjudicação por lotes, a consulta preliminar ao mercado ou os novos procedimentos, nomeadamente a consulta prévia, os procedimentos por negociação ou a parceria para a inovação.

Já a contratação pública eletrónica dominou a segunda sessão do Ciclo, e contou com a experiência do Professor Doutor Manuel Ricou, do Instituto Superior Técnico, e do Eng.º João Osório, do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, este último responsável pela gestão do Portal dos Contratos Públicos (Portal BASE). As questões legais relacionadas com a assinatura eletrónica de ficheiros e submissão de propostas em plataforma eletrónica, assim como os catálogos eletrónicos, os Sistemas de Aquisição Dinâmicos e a fatura eletrónica foram os principais tópicos de abordagem.

Na terceira sessão, o Prof. Doutor Luís Valadares Tavares passou a orador para analisar a qualificação de candidatos e a avaliação de propostas. Os critérios subjacentes com vista à aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa e o carácter excecional da modalidade “avaliação do preço/custo”, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, estiveram no centro da discussão.

O último debate, com os Professores Doutores José Antunes Ferreira, do Instituto Superior Técnico, e Mário Aroso de Almeida, da Universidade Católica Portuguesa, dedicou-se à fase da execução dos contratos públicos. O regime de modificação objetiva dos contratos durante a sua execução e os modelos de avaliação do desempenho do cocontratante foram analisados, encerrando o Ciclo de Debates com a discussão em torno do regime de responsabilidades do gestor do contrato.

“Esta nova realidade da contratação pública, apesar das inerentes vantagens para o interesse público, apresenta algumas dificuldades práticas resultantes da existência de normas legais mais abertas, que atribuem às entidades adjudicantes maior possibilidade de escolha na organização dos respetivos procedimentos aquisitivos e, portanto, maior margem de discricionariedade”, frisou o Conselheiro Fernando Oliveira Silva.

Motivos pelos quais, acrescentou, o debate em torno das questões mais complexas ou controversas da contratação pública é, pois, fundamental, não só

para sinalizar as boas práticas a seguir, mas também os efeitos nefastos de outras práticas a evitar, em busca de boas compras públicas.

CONFERÊNCIA SOBRE “A ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO E A RESOLUÇÃO BANCÁRIA”⁵

O Auditório do Tribunal de Contas acolheu mais uma Conferência, desta vez sobre a estabilidade do sistema financeiro e a resolução bancária.

Esta Conferência, que decorreu após um dia de formação, contou com a presença do Conselheiro Vice-Presidente, Ernesto Cunha, como moderador, e do Juiz Conselheiro José Manuel Quelhas, como interveniente, que falou sobre o impacto da estabilização do sistema financeiro nas finanças públicas.

Intervieram, ainda, dois professores da FDUC - Alexandre Soveral Martins e Mafalda Miranda Barbosa - que falaram respetivamente da resolução bancária e das medidas de resolução.

A finalizar a Conferência o Presidente do Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros, e também Professor da FDUC, Filipe Albuquerque Matos.

As Secções Regionais participaram através de videoconferência.

⁵ Lisboa, 27 de março de 2019.